

PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC

**COMPÊNDIOS DE LÍNGUA INGLESA DA ERA  
POMBALINA: CARACTERÍSTICAS, SIMILITUDES E  
CONTINUIDADES**

**Análise dos manuais e compêndios comerciais da era  
pombalina: características e similitudes**

Área do conhecimento: Ciências Humanas

Subárea do conhecimento: Educação

Especialidade do conhecimento: História da Educação

Relatório Final

Período da bolsa: de Setembro de 2022 a Agosto de 2023

Este projeto é desenvolvido com bolsa de iniciação científica  
PIBIC/CNPq

Orientador: Elaine Maria Santos

Autor: Breno Alisson de Oliveira Matos

# SUMÁRIO

<b>1. Introdução</b>	<b>5</b>
<b>1.1. O Marquês e suas reformas.</b>	<b>5</b>
<b>1.2. A formação do “perfeito negociante”.</b>	<b>6</b>
<b>2. Objetivos</b>	<b>7</b>
<b>2.1. Objetivos Específicos</b>	<b>8</b>
<b>3. Metodologia</b>	<b>9</b>
<b>4. Resultados e discussões</b>	<b>12</b>
<b>4.1. Os manuais de manufatura</b>	<b>14</b>
<b>4.2. As obras legisladoras</b>	<b>21</b>
<b>5. Conclusões</b>	<b>32</b>
<b>6. Perspectivas de futuros trabalhos</b>	<b>33</b>
<b>7. Referências bibliográficas</b>	<b>34</b>
<b>8. Outras atividades</b>	<b>35</b>
<b>9. Anexos</b>	<b>37</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Índice de coisas notáveis sobre a manufatura de azeite

Figura 2 – Processo de produção do azeite de oliva

Figura 3 – Cotação de produção do linho cânhamo

Figura 4 – Orçamento de produção do linho cânhamo

Figura 5 – Assinatura de Alvará pelo Rei e por Sebastião José

Figura 6 - Dedicatória dos homens de negócio de Lisboa ao Rei de Portugal

Figura 7 - Dedicatória dos homens de negócio de Lisboa, do Porto e de Pernambuco ao Rei de Portugal

Figura 8 – Determinação Real do direito da Companhia a navegar até a Costa da África

Figura 9 – Assinatura de Alvará pelo Rei e pelo Conde de Oeiras

Figura 10 – Tratado de comércio entre a Rainha Anna e Dom Pedro

Figura 11 – Normas do tratado de comércio entre a Rainha Anna e Dom Pedro

Figura 12 – Tratado de paz, aliança e comércio entre o Lorde protetor da Inglaterra e o Rei de Portugal

## LISTA DE ANEXOS

Anexo 1: Ficha de Análise Completa

Anexo 2: Folha de rosto do compêndio de Dalla Bella

Anexo 3: Folha de rosto do compêndio de Velloso

Anexo 4: Folha de rosto: Instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão

Anexo 5: Folha de rosto: Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba

Anexo 6: Folha de rosto do compêndio de Cromwell (Português)

Anexo 7: Folha de rosto do compêndio de Cromwell (Inglês)

# 1- Introdução

## 1.1 – O Marquês e as Reformas

O século XVIII foi um marco extremamente importante na história, especialmente no contexto de Portugal e do Brasil. Esse recorte temporal foi marcado por diversas transformações nos cenários político, econômico e pedagógico Luso-Brasileiros, e dentro desse contexto algumas figuras marcantes se destacaram, entre elas, destacamos Sebastião José de Carvalho e Melo, que posteriormente foi imortalizado na história e reconhecido pelo seu título de Marquês de Pombal.

Considerado por muitos como uma das figuras políticas mais importantes da história, Pombal desempenhou um papel fundamental na transformação da sociedade portuguesa ao longo do século XVIII, sendo considerado por muitos historiadores como o verdadeiro rei de Portugal entre 1750 e 1777. Ele é visto como “uma grande figura do despotismo esclarecido, comparável a Catarina II da Rússia, a Frederico II da Prússia e a José II da monarquia austríaca” (MAXWELL, 1997, p. 15).

Para entender o papel das reformas pombalinas na produção literária, é preciso primeiro entender como elas se configuraram e o papel de Pombal na estruturação das reformas e das configurações educacionais do século XVIII e, até mesmo, XIX. Antes de ascender ao seu título mais alto, Sebastião José de Carvalho e Melo teve outros cargos durante o reinado de Dom José I; primeiramente, ele foi Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, atuando a serviço da Coroa em outros países em funções diplomáticas. Ao mesmo tempo em que cumpria suas funções, ele observava de fora a situação política e econômica de Portugal, que não era das melhores comparada a das outras nações europeias, em especial Inglaterra e França.

No contexto de sua função enquanto estrangeirado, Pombal manifestou uma marcante preocupação diante do cenário de insuficiência educacional e déficit cultural e econômico que Portugal vivenciava no período. Com respaldo nos saberes adquiridos durante sua permanência no exterior, e em consonância com seus “oráculos”, especialistas em diferentes áreas de conhecimento, engendrou modificações substanciais no sistema educacional de Portugal e do Brasil, com o intuito de usá-lo

como base para reestruturar e fortalecer a nação portuguesa. Estas modificações, conhecidas como Reformas Pombalinas da Instrução Pública, produziram efeitos profundos na arquitetura do ensino, tanto na metrópole como na colônia. A expulsão dos jesuítas, seguida pela instituição das Aulas Régias, representou um marco de extrema importância no âmbito educacional em ambos os territórios. Complementarmente à reformulação da dinâmica das aulas, fez-se necessário o realinhamento dos conteúdos didáticos e dos recursos pedagógicos adotados tanto nas instituições de ensino básico quanto no âmbito universitário (CARVALHO, 1978).

Através do Alvará datado de 1759, prescreveu-se a necessidade de que os compêndios fossem de breve extensão e de fácil compreensão, amparados na convicção de que gramáticas prolixas, excessivamente prescritivas, de fato obstruíam o processo de aprendizado, particularmente no que se refere ao domínio de línguas estrangeiras – um dos focos do presente estudo. A partir desse ponto temporal, toda e qualquer obra literária oriunda de Portugal e do Brasil era submetida à prévia avaliação da Real Mesa Censória antes de ser admitida à publicação. Neste processo, os manuscritos eram submetidos à análise comparativa com as diretrizes delineadas no Alvará, sendo permitida a publicação somente daqueles que se conformassem estritamente a essas diretrizes. Tal deliberação concomitantemente determinou o descarte ou a proibição de inúmeros trabalhos literários durante o transcurso do período de validade do referido documento (SANTOS, 2010).

## **1.2- A formação do “perfeito negociante”**

Reestruturar o sistema de ensino não foi a única preocupação de Pombal e seus assessores, é preciso destacar a preocupação na formação do “perfeito negociante”, projeto que buscava dotar os portugueses de uma sólida preparação mercantil, almejando um horizonte de prosperidade comercial futuro. Especificamente, delineava-se uma estratégia que viabilizasse termos favoráveis nas transações comerciais com nações estrangeiras (especialmente com a Inglaterra que sempre levava vantagem nas trocas comerciais com Portugal), no propósito de retificar a situação de defasagem econômica a que Portugal estava submetido. Para que tal objetivo fosse alcançado, uma das medidas tomadas por Pombal foi a criação das Juntas e Companhias de Comércio,

bem como a “nomeação de professores competentes, que receberiam ordenados para ministrar aulas à uma nova elite em formação” (SANTOS, 2010, p, 72).

As determinações do alvará de 1759 e criação das Aulas de Comércio foram os marcos essenciais para a constituição do processo de reestruturação econômica do Portugal do século XVIII, o que, em associação às políticas do ensino de línguas, em especial a inglesa, constituiu os moldes para a formação dos homens de negócios que seriam indispensáveis para o fortalecimento da economia portuguesa e o firmamento de tratados comerciais mais favoráveis aos lusitanos.

As recomendações dadas através dos alvarás e reformas citadas foram responsáveis pela reformulação de obras didáticas e comerciais. Muitas das gramáticas publicadas em Portugal no período pombalino, como a 3ª edição da de J. Castro, passaram a incluir moldes de cartas e outras documentações comerciais, contendo modelos em português e inglês, com a finalidade de serem úteis no aprendizado da língua e das terminologias e assuntos comerciais. Já os compêndios comerciais passaram a ser mais breves e diretos, tratando, em sua maioria, de novos modelos de produção das manufaturas, inspirados no exemplo de outros países da Europa.

Diante da inegável relevância de Sebastião José de Carvalho e Melo e de seu legado histórico, político, pedagógico e econômico para os destinos de Portugal e do Brasil, tornou-se necessário desenvolver uma análise profunda acerca de sua figura, suas obras e suas influências, em especial nas obras de cunho comercial que foram produzidas durante o século XVIII.

## **2- Objetivos**

Esta pesquisa está ligada a um projeto maior, que vem sendo desenvolvido desde 2018, e que tem como objetivo investigar e fazer o levantamento de toda a obra escrita sobre o Marquês de Pombal ou por ele diretamente inspirada e preparar uma edição criticamente anotada e atualizada, promovendo, assim, uma renovação e ampliação dos estudos pombalinos, com o objetivo de contribuir para um conhecimento mais aprofundado da vida e obra de Sebastião José de Carvalho e Melo, por meio de

uma abordagem interdisciplinar, sem desvalorizar ou supervalorizar suas ações em Portugal e no Brasil.

Através desse trabalho, configuram-se também os objetivos de cooperação e contribuição intelectual com o grupo de pesquisa do Núcleo de Estudos de Cultura da UFS, que também pesquisa sobre o Marquês de Pombal em outras linhas de pesquisa e ao qual estamos vinculados. Além disso, ressaltamos o desejo de participar, através da publicação deste e de outros trabalhos, do processo de aproximação entre a UFS e a Universidade Aberta de Lisboa, que possui ligação com a UFS através da Cátedra Marquês de Pombal, da qual também fazemos parte.

Assim sendo, o presente trabalho visa levantar e analisar alguns dos manuais comerciais da era pombalina, com foco em identificar as principais características desses materiais e as possíveis influências sofridas pelas recomendações vistas nas reformas pombalinas da instrução pública.

## **2.1 – Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos desta pesquisa refletem as orientações dadas no plano de trabalho, que visam ao levantamento e à análise de compêndios e manuais comerciais do período pombalino, buscando neles elementos chave e relacionando-os entre si e com as recomendações orientadas nas Reformas Pombalinas. A associação e catalogação das diferentes obras foi feita com base nos seguintes critérios: nomes das obras, autoria, data e local de publicação. Os elementos primordiais analisados nas obras foram: prefácios, prólogos, editoriais, notas ao leitor e advertências. Em consequência, é também objetivo da pesquisa associar as informações relativas às influências das reformas pombalinase às características dessas obras, buscando entre elas similitudes e possíveis continuidades.

Outrossim, é de nosso interesse ampliar o repertório de obras oitocentistas que se encaixam na temática desta pesquisa para que se tenha uma melhor compreensão do período em questão e para que os dados coletados sirvam de base para futuros trabalhos dentro da área, bem como para que estes sirvam a outros pesquisadores que se aventurarem dentro desta temática, visto que ela ainda é pouco explorada dentro da

academia.

### **3- METODOLOGIA**

O ponto de partida deste projeto é uma revisão bibliográfica sobre o recorte histórico conhecido como “Era Pombalina”, compreendido no período entre 1750 e 1777, com enfoque nas Reformas Pombalinas da Instrução Pública aplicadas em Portugal e no Brasil. Para realizar os objetivos propostos para este plano de trabalho, foi necessário compreender o panorama econômico-político em que se encontravam Portugal e Brasil naquela época, visto que o foco desse trabalho é a produção e circulação de compêndios e manuais comerciais, portanto, foi preciso investigar questões para além do quadro histórico-educacional.

Durante o período de revisão foram discutidos alguns textos que somados aos conhecimentos adquiridos no projeto anterior e às discussões entre os integrantes da pesquisa e os orientadores possibilitaram uma compreensão aprimorada do objeto de pesquisa e nortearam a nossa busca pelos compêndios que serão analisados mais a frente, neste relatório. Esta pesquisa se enquadra no modelo qualitativo do tipo exploratório, visto que não se têm uma produção ampla a respeito desse tema e a investigação feita priorizou a qualidade dos materiais selecionados à quantidade. Como trabalhamos com fontes históricas e descrições da figura do Marquês através de terceiros, utilizamos como referência os pressupostos da Nova História Cultural, em especial os trabalhos de Chartier (1990), que trata das representações, afirmando que nelas não há neutralidade, pois elas sempre carregam o olhar do historiador e pesquisador, mesmo quando este tenta se manter indiferente aos acontecimentos, portanto, sempre há parcialidade na escrita.

Ao longo do projeto foram utilizados dois ambientes virtuais que forneceram aos participantes suporte nas investigações e discussões. Foi criada uma turma no *Google Classroom*, na qual foram feitos os uploads de todos os materiais utilizados e produzidos durante a pesquisa: textos base fichamentos e análises. Além da turma no *Classroom*, foi utilizada a plataforma do *Google Meet*, na qual aconteceram as reuniões para discussão dos textos que foram lidos e fichados, guiadas pelos discentes que compartilharam seus aprendizados e dúvidas a respeito dos textos, para que pudessem, depois, receber

informações complementares e esclarecimentos dos orientadores. Após as discussões, eram fornecidas as orientações síncronas das próximas atividades, envolvendo: leitura de textos, fichamentos, e análises preliminares das obras que estavam sendo investigadas pelos orientandos.

Após a conclusão da revisão bibliográfica, foi iniciado o levantamento das obras para análise, que consistiram em alguns manuais e compêndios comerciais oitocentistas. A busca foi feita através de repositórios online do Brasil e de Portugal como a Biblioteca Nacional e a Torre do Tomo, bem como em plataformas de busca aberta, como *Google Books*, *Academia.Edu*, *SciELO* e *Hemeroteca*. De todas as fontes, as que forneceram mais resultados foram o *Google Books* e a *Hemeroteca*, pois ambas possuíam uma quantidade significativa de obras digitalizadas e forneciam filtros que facilitaram a busca das obras. Para selecionar as obras nas duas plataformas, foram utilizados dois filtros: palavras-chave e data. A filtragem por data foi feita selecionando o período compreendido entre 1740 e 1799, pois o foco da nossa pesquisa é o século XVIII, mais especificamente sua segunda metade; já a filtragem por palavras-chave foi feita buscando-se pelas palavras: Marquês de Pombal, Reformas Pombalinas, Inglaterra, *Commercio* e *Manuais Commerciais*.

Com a conclusão do processo de filtragem, foram selecionadas 5 obras para análise, que foi feita durante o período de 01 de fevereiro até 31 de julho de 2023. Dessas obras, duas são manuais comerciais sobre manufaturas de algum produto, duas são alvarás de companhias comerciais instituídas no Brasil e uma delas trata-se de um compêndio jurídico-comercial que aborda tratados comerciais entre Portugal e Inglaterra.

No processo de análise, o foco foi identificar alguns elementos-chave dessas obras e suas características, tendo sido feitas, além das análises físicas da obra, uma observação aprofundada dos prefácios, prólogos, advertências, notas ao leitor e outros aspectos comuns entre elas, buscando identificar elementos que foram influenciados pelas Reformas Pombalinas e recomendações de publicação dos compêndios. Por conta da extensão das obras (algumas passam das 200 páginas), as análises não conseguem contemplar todas as páginas, entretanto, os aspectos fundamentais foram observados e serão descritos na próxima seção. Utilizamos uma ficha de análise (Anexo I) elaborada pelos orientadores para guiar a investigação das obras e destacar as informações mais relevantes para nós.

Abaixo, está uma versão recortada dessa ficha, com alguns dos elementos a serem buscados durante a análise.

Tabela 1 – Modelo da ficha de Análise

Análise física da obra (páginas, layouts, seções etc.)
Partes da obra:
Quais os pré, pós-textuais?
Qual o conteúdo do prefácio?
Qual o conteúdo do prólogo?
Qual o conteúdo das notas ao leitor?
Qual o conteúdo das Advertências?
Qual o conteúdo dos demais protocolos de leitura?
Há uma menção ao Marquês de Pombal ou qualquer outro político? Onde estão essas menções? Como são? Escreva os trechos.
Descreva os diálogos familiares (quantos, temáticas, reprodução de alguns trechos, existem trechos sobre questões comerciais e relação com a Inglaterra? Quais? Escreva os trechos)
Existe uma seção especial para cartas ou documentação comercial? Quais são? Como são? Escreva alguns trechos

Durante o compêndio foram encontradas menções a questões comerciais e à relação com a Inglaterra, que não se encontram nos itens anteriores? Quais são? Como são? Escreva alguns trechos

Fonte: elaborada pelos integrantes da pesquisa

#### **4- RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Após a análise qualitativa dos cinco compêndios identificados, encontramos alguns achados interessantes e algumas semelhanças e conexões entre as obras. Uma característica em comum é que todas as obras analisadas possuem questões referentes ao comércio, seja em formato de instrução comercial ou de legislação. Alguns desses compêndios possuem amostras de documentos comerciais ou de instruções para produção e comercialização de algum tipo de produto.

Notou-se, também, que um dos compêndios analisados serviu como “obra de inspiração” de outro, publicado algumas décadas depois. O documento “Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba” foi feito com base no documento “Instituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão”, sendo o segundo muito mais extenso, pois aprimora diversos pontos do primeiro, ratifica erros e acrescenta diversas informações relevantes, considerando-se o contexto em que foi publicado.

Para discorrer sobre os resultados encontrados, iremos dividir as obras em dois grupos: manuais de manufatura e obras de legislação. Os manuais de manufatura tratam do processo de produção e comercialização de tipos específicos de manufaturas cultivadas em Portugal: azeite de oliva e linho cânhamo. Já as obras de legislação trazem elementos comerciais atrelados às leis e decretos publicados com assinatura do rei de Portugal e outros políticos. Abaixo, temos uma tabela<sup>1</sup> com o título, nome do autor, data e local de publicação de cada uma das obras analisadas.

---

<sup>1</sup> A tabela foi organizada por ordem crescente de data de publicação, mas a análise das obras no texto não será feita nessa ordem.

Tabela 2 – Catálogo das obras analisadas

<b>Nome</b>	<b>Autoria</b>	<b>Data</b>	<b>Local de Publicação</b>
Os Privilegios do Inglez, nos Reynos e Dominios de Portugal. Contheudos no tratado de Pas concluido por Oliveiro Cromwell e Em varias Leys, Decretos , etc. a diversos Tempos, e sobre differentes Occazioens, feitos pellos Reys de Portugal, em Favor da Naçam Ingleza que sam, Couzas Absolutamente Necessarias para Saberem todas as pessoas, que em alqua parte são Interessadas no Largo Negocio, e Trato que agora há entre as duas Naçoens.	Oliver Cromwell	1736	Londres
Instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão	-	1755	Lisboa
Memorias e Observações Sobre o Modo de Aperfeiçoar A Manufatura do Azeite De Oliveira em Portugal Remettidas À Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio Dr. Joaõ Antonio dalla Bella, Lente de Fysica Experimental na Universidade de Coimbra.	João Antonio Dalla Bella.	1784	Lisboa
Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba	-	1795	Lisboa
Collecção de Memorias Inglezas sobre a cultura e commercio do linho canamo tiradas de differentes authores que devem entrar no quinto tomo do fazendeiro do Brazil traduzidas de ordem de sua alteza real o principe do Brazil nosso senhor e publicadas por Fr. José Mariano da Conceição Velloso.	Fr. Jose Mariano da Conceição Velloso.	1799	Lisboa.

Fonte: Dados coletados pelos autores do trabalho, a partir de pesquisas feitas no *Scielo*, *Google Books*, *Academia.Edu*, *Hemeroteca* e repositórios online do Brasil e de Portugal.

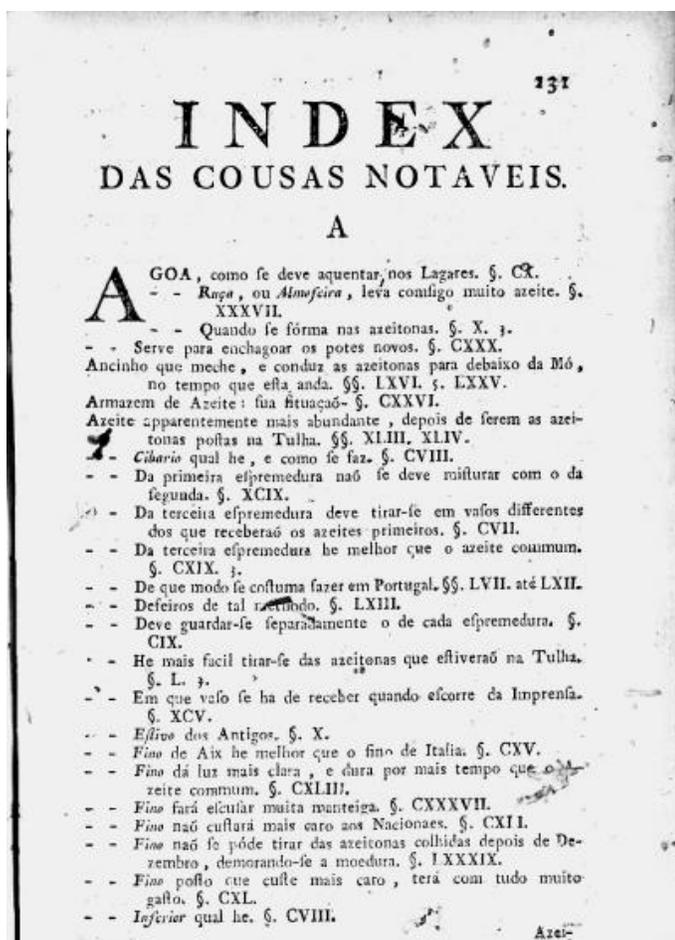
É possível notar que todas as obras estão dentro do mesmo recorte temporal, o

século XVIII, e quatro delas compartilham outro elemento em comum, o local de publicação. Outra semelhança entre as obras (com exceção das Instituições das Companhias de Comércio) é a extensão dos títulos, uma característica marcante das obras oitocentistas.

#### 4.1- Os Manuais de manufatura

O primeiro manual comercial analisado recebe o título de “*Memorias e Observações Sobre o Modo de Aperfeiçoar A Manufactura do Azeite De Oliveira em Portugal*”. Essa obra se estrutura de maneira breve, sendo composta por apenas 155 páginas em conformidade com as recomendações pombalinas, o que se atesta pois ela possui o selo da Real Mesa Censória, significando que foi avaliada e aprovada.

Figura 1 – Índice de coisas notáveis sobre a obra



Fonte: BELLA, 1784, p. 131



oliveiras e no processo de produção do azeite. Na terceira parte da obra, o autor se debruça sobre o método que se deve utilizar para se fazer o azeite perfeito. No primeiro capítulo dessa parte temos a descrição do modo de se fazer o azeite em Portugal, bem como seus defeitos, com esse processo sendo ilustrado com uma figura disponibilizada ao final do compêndio (figura 2); no segundo é feita a descrição de um novo Lagar<sup>2</sup> à maneira dos Genoveses; no terceiro, o autor faz uma comparação do Lagar Genovês com o Português, apontando suas vantagens frente ao método utilizado em Portugal na época.

No que se refere às relações comerciais com a Inglaterra, há apenas uma menção nesse compêndio, que ocorre indiretamente na página 126, na qual se fala sobre a procura dos ingleses e de outros países pelo azeite fino, que possui uma qualidade superior ao azeite comum:

Do mesmo modo os Inglezes, os Holandezes, Dinamarquezes, e Suecos vão preferindo o azeite fino ao outro commum: e não he probabilissimo, que quando neste Reino tão frequentado por elles, o acharem da mais perfeita qualidade, e por isso mais capaz de durar sem alteração nas suas viagens, e em grande abundancia, o prefirão tãobem para levalo ainda ás suas Colonias fora da Europa? (BELLA, 1784, p. 126).

Essa obra possui informações muito interessantes sobre o processo de manufatura do Azeite em Portugal, sendo esse produto muito importante no comércio Lusitano e um dos que passou pelo processo de integração das Companhias de Comércio. A obra possui diversas referências a outros compêndios e documentações comerciais, mas, infelizmente, nenhuma deles se encontrava em uma língua que compreendemos bem (Latim/Francês/Italiano), portanto o processo de análise das referências e notas ao leitor foi prejudicado.

Nesse compêndio, não existem menções ao Marquês de Pombal, no entanto, ele está repleto de informações relevantes à estruturação do sistema mercantil de manufaturas portuguesas e dialoga com o que se sabe até então da situação comercial de Portugal do século XVIII. É mostrado que o atraso dos portugueses em relação à outras nações europeias (nessa obra o comparativo principal é Portugal/Itália) era de conhecimento público entre os homens de negócios, e como era evidente a necessidade de importar um sistema de produção estrangeiro com a finalidade de aumentar a produtividade, e,

---

<sup>2</sup> Casa onde há um aparelho para esmagar uvas ou azeitonas para fazer vinho ou azeite.

consequentemente, o lucro, aprimorando a economia e fortalecendo a nação.

O segundo manual possui o título de “Collecção de Memorias Inglezas sobre a cultura e commercio do linho canamo”. Essa obra é, na verdade, um conjunto de múltiplos manuscritos assinados por diversos autores, mas que foi organizada e revisada pelo Fr. José Mariano da Conceição Velloso, sendo assim, a autoria foi atribuída a ele na publicação do compêndio.

A obra em análise é composta por uma coletânea de cartas que discorrem sobre o processo de cultura de linho e cânhamo dentro do território português na segunda metade do século XVIII. Esse compêndio não é extensivo e contém apenas 156 páginas, divididas em um total de 15 cartas, em sua maioria curtas ou médias, contendo cerca de 10 páginas cada. Semelhantemente a outros compêndios oitocentistas, esta obra possui fontes estilosas em algumas das letras e nos títulos das cartas. Há também alguns *layouts* (bem discretos) diferentes no topo das páginas que carregam os títulos para ilustrar e abrilhantar sua aparência, contudo, o autor parece ter se preocupado muito mais com o conteúdo do que com a forma visto que não há nada extravagante observável na análise visual da obra.

As cartas não estão organizadas em ordem cronológica, nem por nome dos autores, ficando, assim, fora de nosso alcance encontrar um padrão na organização do compêndio, podendo-se apenas presumir que isso foi feito de maneira aleatória. Nem todas as cartas tiveram seus autores identificados, e algumas delas estão assinadas por pseudônimos ou apenas com abreviações das iniciais do autor (semelhante ao compêndio de J.C/J. Castro). Ao analisarmos as cartas que foram propriamente assinadas, parece haver um equilíbrio entre autores ingleses e portugueses, visto que foram encontradas cartas assinadas por nomes como “John Irwin” e “Mr. Mills”, bem como “José Sanders” e “Eduardo Antill”. É possível que algumas das cartas tenham sido traduzidas do inglês para o português e algumas delas não possuem assinatura, pois estão intituladas como extratos de atas de reuniões ou descrições de premiações, sendo estas retiradas dos Novos Anais de Agricultura, vol. 9.

Por se tratar de uma coletânea de cartas, a obra não possui divisão em partes específicas, no entanto, é possível notar em algumas das cartas subdivisões em tópicos, como se fossem pequenos capítulos de um livro. Algumas dessas divisões trazem

informações bastante relevantes sobre a atividade comercial, pois abordam cotações, preços, medidas, tipos de produto, registros de vendas, lucros, despesas, entre outras informações relativas ao comércio do linho cânhamo. Além dos dados numéricos, existem também partes dedicadas a descrever o processo de produção em suas várias etapas: plantio, colheita, armazenamento, manufatura.

Nas notas ao leitor, encontramos esclarecimentos sobre tópicos específicos tratados em algum momento das cartas, informações adicionais sobre algum procedimento do processo de produção do linho cânhamo, quantificação de réis dependendo do comparativo com outra moeda, observações sobre a relevância da carta e menções a possíveis erros, agradecimentos ao autor de uma das cartas, glossário de palavras e termos técnicos, bem como conversão de outros sistemas métricos (inglês) para o utilizado pelos portugueses.

O compêndio consiste basicamente em uma coletânea de cartas comerciais sobre o linho cânhamo, abordando seu processo de produção, transporte e comercialização de maneira detalhada, apontando, também, as diferenças nos modos de produção feitos por nações/produtores distintos. Encontramos, também, cotações de produção dessa manufatura em diferentes locais dentro de um determinado período (figura 3) e orçamentos do custo de produção (figura 4).

Nesse compêndio, é notável a aproximação entre Portugal e Inglaterra e a interação das duas nações no comércio ultramarino de produtos. Existem diversas menções ao comércio com os britânicos neste compêndio, principalmente por algumas das cartas provavelmente terem sido escritas por eles. Na obra, encontramos diversas cartas abordando diretamente o processo de comércio internacional da manufatura citada anteriormente. A Inglaterra, enquanto uma das maiores produtoras e consumidoras, é mencionada diversas vezes ao longo das muitas cartas, como pode ser visto no seguinte exemplo:

O primeiro desses expedientes foi já tentado e a experiência decidiu a sua ineficácia, porque o Linho cultivado em Inglaterra, além de ser de uma qualidade muito inferior á do Linho da Rússia, era em tão pequena quantidade, que não tinha proporção com a necessidade, que dele temos (VELLOSO, 1799, p. 2).

Figura 3 – Cotação de produção do linho cânhamo

Somma dos premios requeridos, e dados á cultura do Canamo, e Linho, no verão de 1783, seguindo as contas, dadas pelos Ministros de Sua Magestade, nos Condados seguintes.

	Canamo de 3 d. por pedra.	Linho de 4 d. po p dia.	Total do premios de cada Con tado.
Berkshire		124	2 14
Cornwall		275	4 11 8
Dorset	4,079 $\frac{3}{4}$	15,262	05 6 1
Hereford		2,132	35 10 8
Kent		1,976	32 18 8
Lincoln. } Cem de Elloe	15,995 $\frac{1}{2}$	12,862	426 16 2 $\frac{1}{2}$
coln. } Cem de Kirton	13,422	5,889 $\frac{1}{2}$	266 5 4
Safford		1,212	26 40
Suffex		150	2 100
Yorkshire de Eas- te-Riding	69	1,157 $\frac{1}{2}$	20 3 1
de West- t-Riding		9,090 $\frac{1}{2}$	55 10 2
Infentos de Ca- wood, Wif- tow, e Ot- tley, no di- to West-Ri- ding		4,864 $\frac{1}{2}$	81 16
	34,565 $\frac{1}{2}$	14,095	384 18 8 $\frac{1}{2}$
Somerset	lb. oz. 5,460 13	ll. oz. 24,368 13	474 8 1
Das partes de Kesteven no Condado de Lincoln	375	419	11 13 5
Total	40,041 5 2	79,783 13 4	1,335 0 2 $\frac{1}{2}$

Fonte: VELLOSO, 1799, p. 52

Figura 4 – Orçamento de produção do linho cânhamo

( 124 )

As despesas desta cultura podem-se avaliar deste modo :

	l	f	d
Renda de hum acre de terra - - - - -	1	0	0
De lavrar, e semear - - - - -	0	10	6
Tres alqueires e meio de semente ( comprados pelo preço de 1 f. 4 d. até o de 2. f. 6 d. por quarta ) a 1 f. 10 d. por quarta } }	1	1	0
Jornal de hum rapaz que vigie os passaros huma semana, ou mais } }	0	1	6
De colheita a 1 f. por semana con- forme a semente semeada - - - - }	0	14	0
Por curtilllo, tirallo, assoalhallo, e emedallo - - - - - } }	1	1	0
			L. 4. 7. 12 <sup>o</sup>

Naõ se avaliaõ o dizimo, e direi-  
tos ( 1 ).

**A**

---

( 1 ) Continuando o calculo das despesas.

	l	f	d
De sima vem - - - - -	4	7	12
Dizimo, e direitos suppõem-se - - - - -	0	6	0
Suppondo-se a mais baixa colheita de 40 pedras, inda que nunca abaixou de 48, por massalla a 1 f. e 5. d. } }	2	10	0
			L. 7 3 12

Fonte: VELLOSO, 1799, p. 124

Esse compêndio possui diversas informações referentes ao processo de produção e comércio do Linho Cânhamo, produto que foi extremamente importante para o comércio português, em especial durante o século XVIII, e que contribuiu muito nos lucros e nas relações com outras nações europeias. Apesar da quantidade considerável de informações relevantes a atividade comercial e trocas com a Inglaterra, foi difícil analisar esse compêndio por conta da sua organização, já que os modelos de cartas não seguiam um padrão específico em sua totalidade e muitas vezes ficava difícil conectar uma carta com a outra, bem como fazer uma análise baseada em trechos pequenos, sendo necessário ler a carta praticamente inteira para compreender adequadamente a mensagem e selecionar o conteúdo relevante para análise.

Contudo, foi possível compreender como o linho cânhamo foi um dos produtos mais importantes e versáteis já comercializados em Portugal e seus territórios, e como a sua produção e comercialização foi massiva, visto que esse material era plantado, colhido e produzido em escalas exorbitantes, pois era muito utilizado na fabricação de velas e cordas, extremamente necessárias na construção e manutenção das embarcações marítimas, que eram o principal meio de transporte e comércio do período oitocentista.

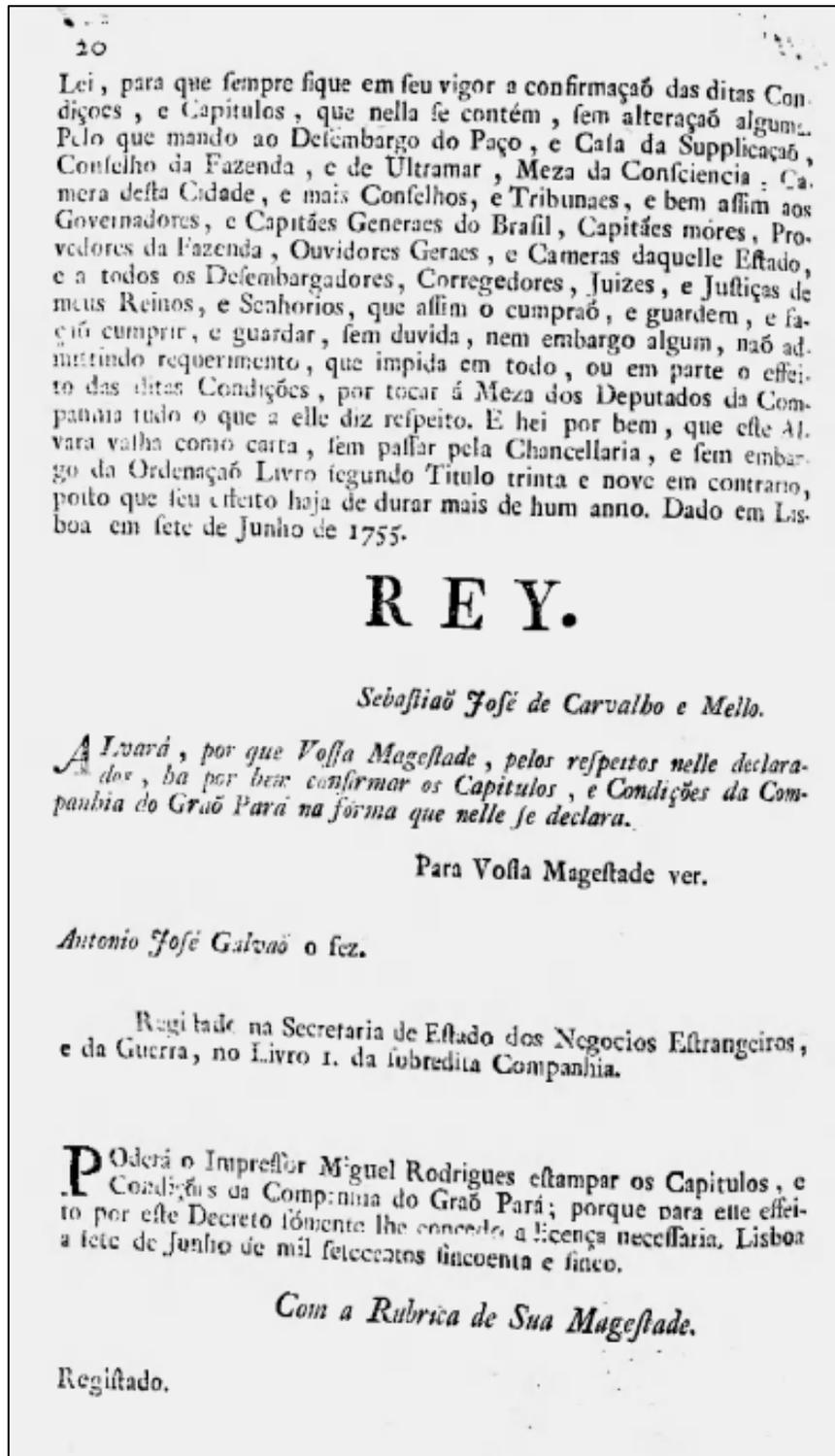
#### 4.2- As obras legisladoras

Um tópico importante do qual obteve-se conhecimento durante as leituras feitas, foi como se deu o processo de criação e estabelecimento das companhias de comércio que surgiram como uma forma de fortalecer o comércio português que se encontrava defasado e atrasado em relação às outras nações europeias. Segundo Teles (2012, p. 39), “Pombal começou a perceber que, para desenvolver o comércio português, seria necessário criar companhias monopolistas com um quadro de comerciantes bem preparados”.

Considerando esse cenário, para conseguir realizar seu projeto econômico, o marquês precisou investir não só no comércio, mas também na educação, e a fim de concretizar seu desejo pela formação do “perfeito negociante”, algumas medidas foram implementadas, primeiramente com a “criação da Junta de Comércio em 1755, e depois

das Aulas de Comércio em 1759” (TELES, 2012, p. 39).

Figura 5 – Assinatura de Alvará pelo Rei e por Sebastião José



Fonte: (SEM AUTOR) 1755, p. 20

Carregando o título de “Instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão”, esse compêndio trata de uma das políticas mais importantes das Reformas Pombalinas: a criação das Companhias de Comércio. Trata-se de um compêndio breve, composto por 86 páginas. A obra segue um padrão de diagramação das páginas utilizando fontes pequenas que cobrem quase toda sua extensão, com exceção da letra inicial de cada página/decreto que é marcada com destaque numa fonte bem maior e rebuscada e das assinaturas dos políticos que geralmente aparecem na metade ou final das páginas. Ela possui *layouts* estilizados e algumas fontes rebuscadas que aparecem com frequência ao longo do texto.

Existe uma diferenciação de fonte em algumas notas que aparecem no texto comentando os decretos reais e que são assinadas por alguns políticos como o Marquês de Pombal, que nessa obra assinou como “Sebastião José de Carvalho e Mello” já que ainda não possuía o título pelo qual ficou famoso (figura 5).

A obra não apresenta uma divisão padronizada, ela começa com uma dedicatória dos “homens de negócio da praça de Lisboa” (figura 6) e segue sendo redigida com uma intercalação irregular entre alvarás, leis e decretos escritos diretamente pelo Rei de Portugal e outros documentos assinados por Sua Majestade. O principal tópico abordado nos decretos é a regulamentação de uma companhia de comércio para os estados do Grão Pará e Maranhão, mencionando a utilidade daquelas terras para o comércio e como explorar e controlar a produção dos bens ali encontrados, bem como configurar um sistema de comércio eficiente e controlado pelo Estado. A obra aborda outro tema importante, a questão dos indígenas, principalmente os do Grão-Pará, que segundo o Rei, eram bárbaros e não possuíam um modo de salvação de suas almas, pois não conheciam a iluminação da luz do evangelho. É retratado o desejo da monarquia no processo de “civilização” e catequização dos índios, para que sua fé se alinhe aos desejos de Portugal e eles contribuam no cultivo dos produtos da Terra e ajudem a desenvolver o comércio daquele Estado.

Figura 6 – Dedicatória dos homens de negócio de Lisboa ao Rei de Portugal



Fonte: (SEM AUTOR) 1755, p. 3

A utilidade dos indígenas para Portugal é evidenciada quando mencionada pelos

portugueses sua capacidade de localização geográfica e conhecimento da flora e da fauna de sua região, sendo afirmado que os indígenas mais remotos conseguiriam com facilidade os frutos e as drogas do Sertão, sem a necessidade do trabalho e despesa das navegações e expedições custeadas pela Coroa. Tendo sido publicada pouco tempo depois da ascensão de Pombal ao poder, essa obra carrega sua assinatura, mas ainda com o grifo de “Sebastião José de Carvalho e Mello”, contendo trechos escritos por ou assinados por ele.

Esse documento foi extremamente importante para a estruturação comercial dentro do território brasileiro, pois além das recomendações comerciais tratava também de questões políticas e organizacionais. Diferentemente das obras descritas na seção anterior, nesse compêndio não há uma seção especial para cartas e documentação comercial, pois ele trata (juntamente das peças legislativas) dessas mesmas questões durante toda sua extensão. Ao longo da obra, são descritas as informações relativas ao processo de instituição de uma das maiores companhias de comércio que existiram no Brasil, contando com elementos como: leis, decretos, alvarás, instruções comerciais e para prestadores de serviços do reino. Segue abaixo um exemplo das “Instruções para servirem de regimento aos recebedores, e escrivães dos quatro por cento nas alfandegas do Reino”:

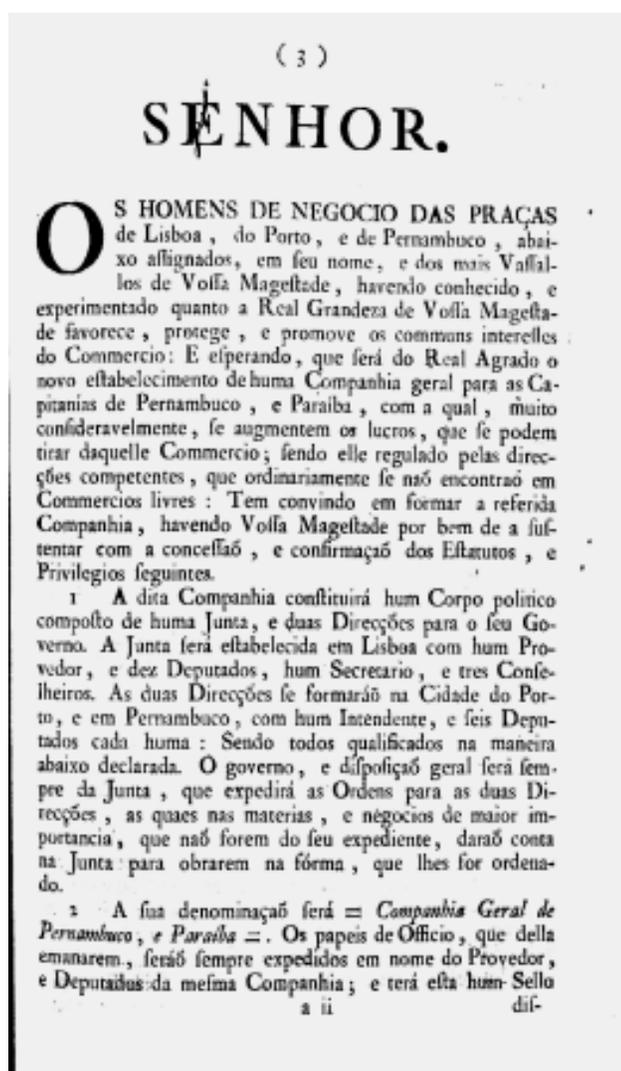
Os recebedores, es escrivães do produto dos Quatro por cento nas Alfandegas do Reino, ficam obrigados a cumprir na parte que lhes é aplicável os quinze capítulos, que por esta Junta se formarão para instruções dos oficiais desta arrecadação na Corte de Lisboa; e foram confirmados por Sua Majestade pelo seu Real Decreto de quatorze de abril de 1756.

O Recebedor da Alfandega do Porto remeterá todos os quinze dias o produto do seu recebimento pelo Correio ordinário, a entregar ao Deputado, e Tesoureiro da Junta, que solicita o bem comum do Commercio, José Moreira Leal, ou a quem lhe suceder na mesma Tesouraria, remetendo juntamente a Certidão do seu Escrivão da receita ao Secretário da mesma Junta, pela qual conste de que vem remetida toda a quantia recebida depois da última remessa; e pelo mesmo Secretario se lhe mandará Conhecimento em forma para a sua descarga (autor desconhecido).

A segunda obra legisladora analisada foi a “Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba”, ela se assemelha muito à obra anterior possuindo basicamente a mesma estrutura (apesar de ser muito mais extensa) e iniciando com o mesmo modelo de

sua antecessora, com um acréscimo dos participantes da dedicatória, sendo ela escrita pelos “homens de negócio das praças de Lisboa, do Porto e de Pernambuco” (figura 7) para o rei de Portugal, tratando das disposições necessárias para a instituição da Companhia.

Figura 7 – Dedicatória dos homens de negócio de Lisboa, do Porto e de Pernambuco ao Rei de Portugal



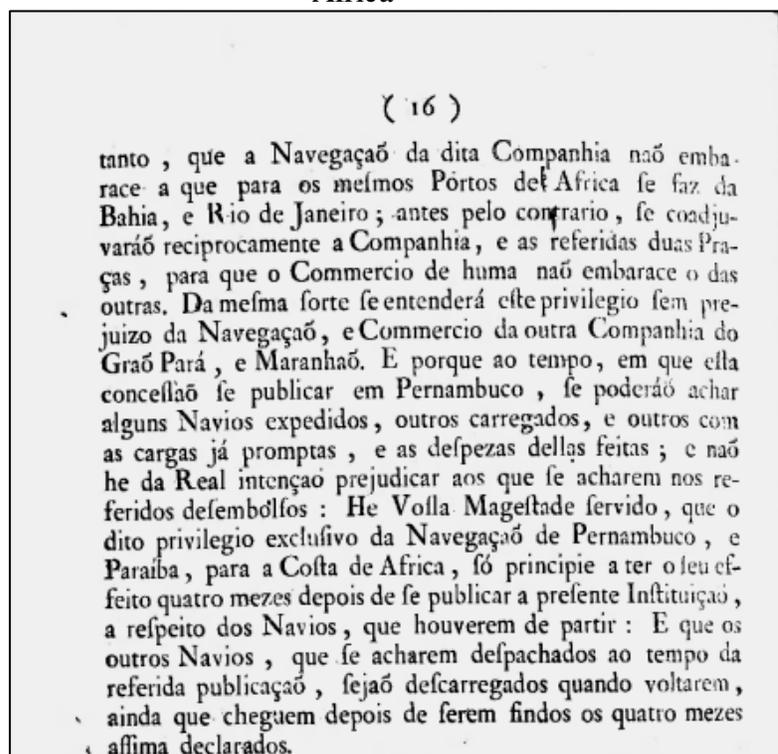
Fonte: (SEM AUTOR) 1795, p. 3

Apesar versão da obra que conseguimos digitalizada para analisar datar de 1795, essa companhia foi criada em 1759, quatro anos após a do Grão Pará e Maranhão,

mencionada anteriormente, confirmando o sucesso da implementação da primeira e justificando a criação da segunda como uma forma de se aumentar ainda mais os lucros. Essa companhia tinha uma organização muito semelhante à de sua antecessora, possuindo basicamente os mesmos direitos e privilégios concedidos pelo monarca português, só que no contexto das capitanias de Pernambuco e Paraíba. Se manteve aqui além da estrutura os modelos de regulação comercial, indicando as normas e procedimentos a serem adotados para o sucesso da Companhia, destacando sobretudo, os guias de produção e os de incentivo e estruturação da agricultura, nesse caso com o foco especial na produção do cacau.

Encontramos no documento menções à outras Companhias de comércio, sendo mencionadas no texto: a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão e a Companhia geral das Vinhas do Alto D'ouro. Baseando em um dos alvarás assinados por Sua Majestade, foi observado que os privilégios conferidos à Companhia do Grão Pará e Maranhão se aplicavam também à Companhia de Pernambuco e Paraíba, sendo esta última, detentora de um privilégio exclusivo: o direito de reservar Navios para a navegação até a costa da África (figura 8).

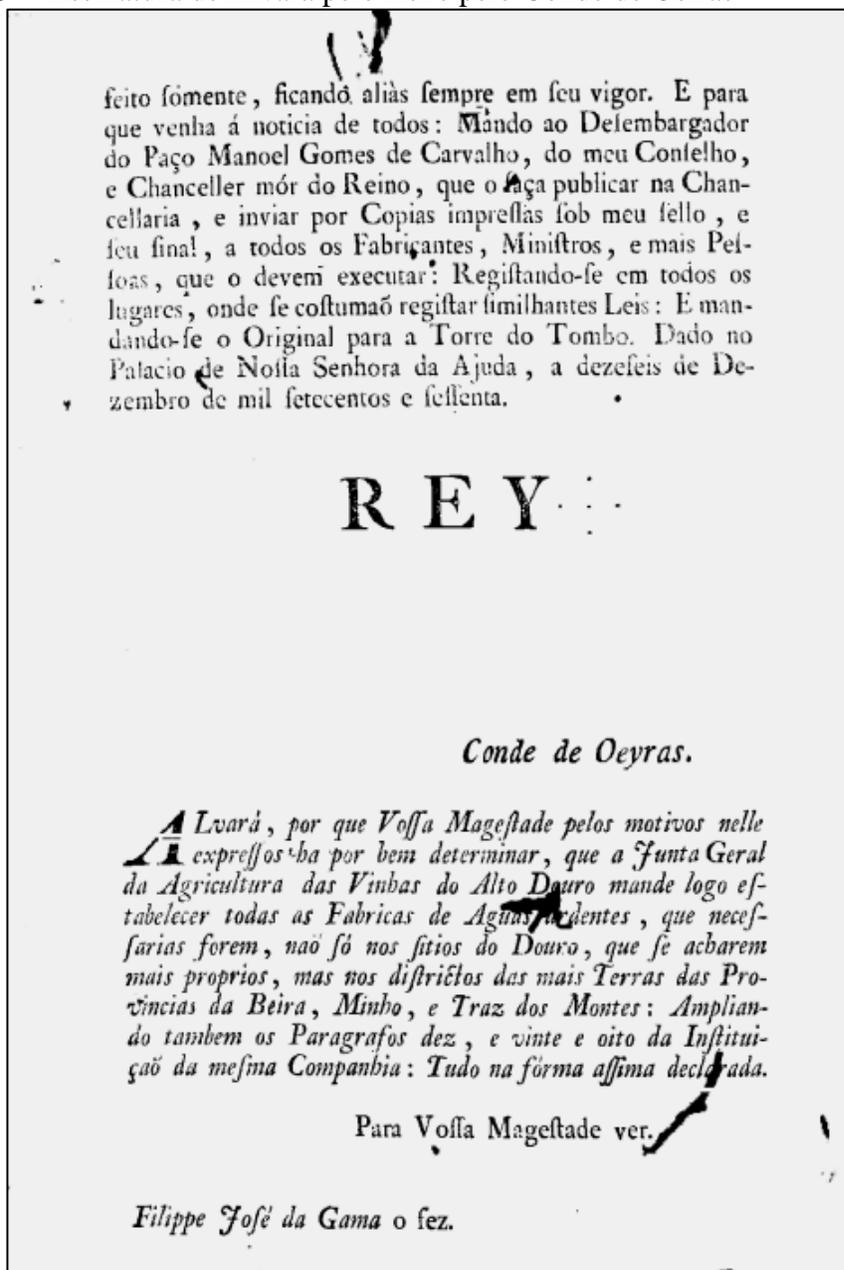
Figura 8 – Determinação Real do direito da Companhia a navegar até a Costa da África



Fonte: (SEM AUTOR) 1795, p. 16

Podemos estabelecer um paralelo interessante desse compêndio com o analisado anteriormente, ambos foram assinados por Pombal, mas a assinatura dele difere nas duas obras, isso porque na primeira ele assina com seu nome, já que ainda era Secretário do Rei, mas nos quatro anos que distanciam uma obra da outra Pombal foi condecorado com o título que antecedeu o de Marquês, assinando desta vez como o “Conde de Oeiras” (figura 9).

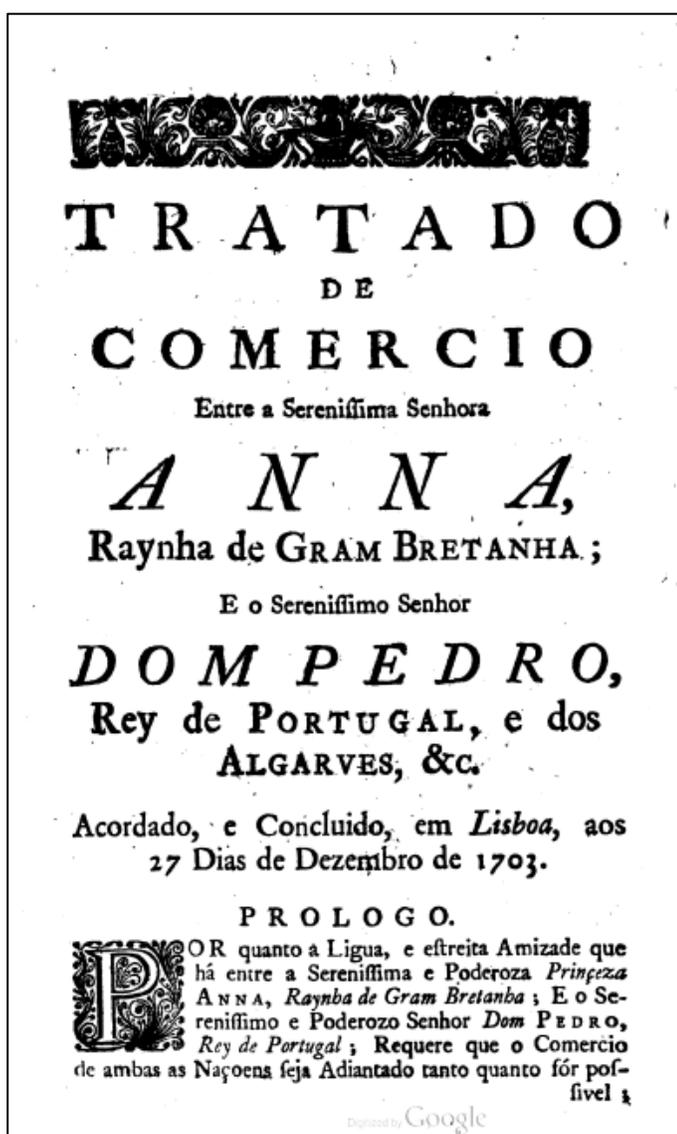
Figura 9 – Assinatura de Alvará pelo Rei e pelo Conde de Oeiras



Fonte: (SEM AUTOR) 1795, p. 162

O compêndio intitulado “Os Privilegios do Inglez, nos Reynos e Dominios de Portugal” foi, sem dúvida, umas das obras mais interessantes de se analisar durante essa pesquisa. Essa foi a única obra bilíngue que encontramos, tendo sido publicada tanto em português quanto em inglês, mas diferente de outros compêndios bilíngues, como a gramática de Castro (1759), não há uma divisão em duas partes separando as línguas. Nesse caso, há uma intercalação entre as páginas desde a folha de rosto até o final, alternando-se uma em português e a outra em inglês.

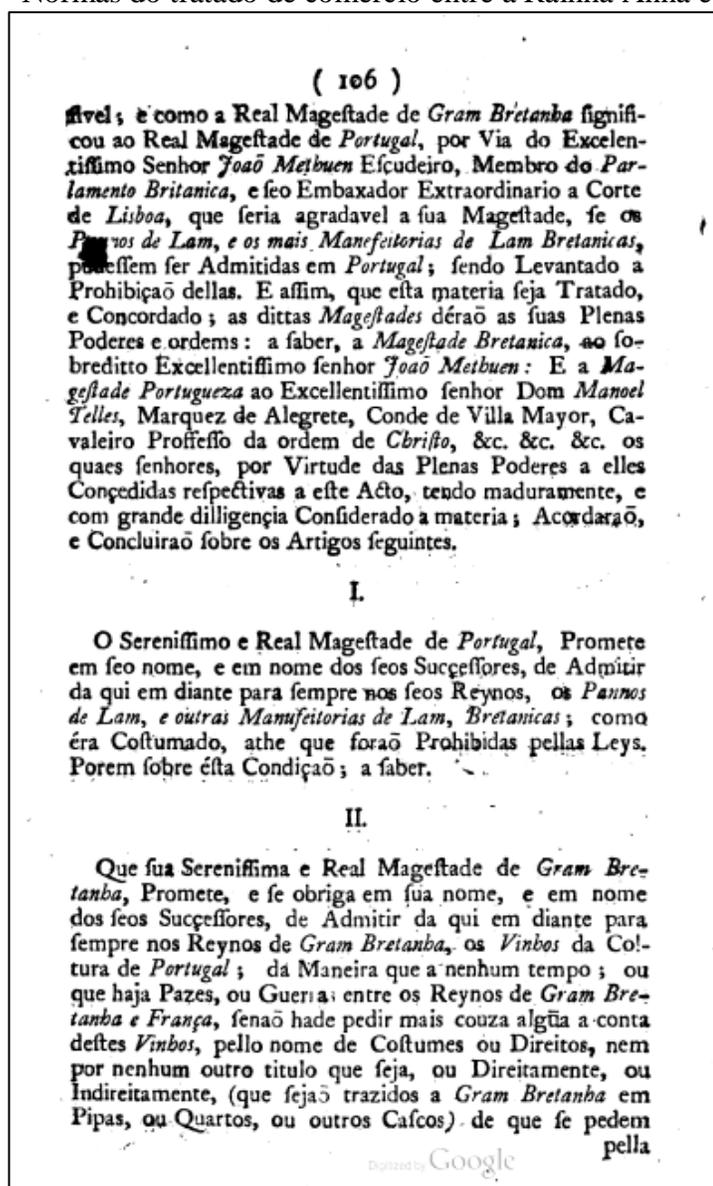
Figura 10 – Tratado de comércio entre a Rainha Anna e Dom Pedro



Fonte: CROMWELL, 1736, p. 104

Esse compêndio fornece informações valiosas sobre a história das relações comerciais entre Portugal e Inglaterra, mostrando como o estreitamento dessas relações se configurou através de acordos e negociações posteriormente registrados através de leis e decretos que garantinham direitos e privilégios para os ingleses, que na, grande maioria das vezes, levavam vantagem sobre esses acordos. Esses decretos e leis buscavam garantir uma estabilidade das relações comerciais entre as duas nações, fosse em tempos de paz ou guerra, de modo que era firmado o compromisso de uma nação com a outra, com cada uma ofertando ao parceiro de comércio um tipo de produto (figuras 10 e 11).

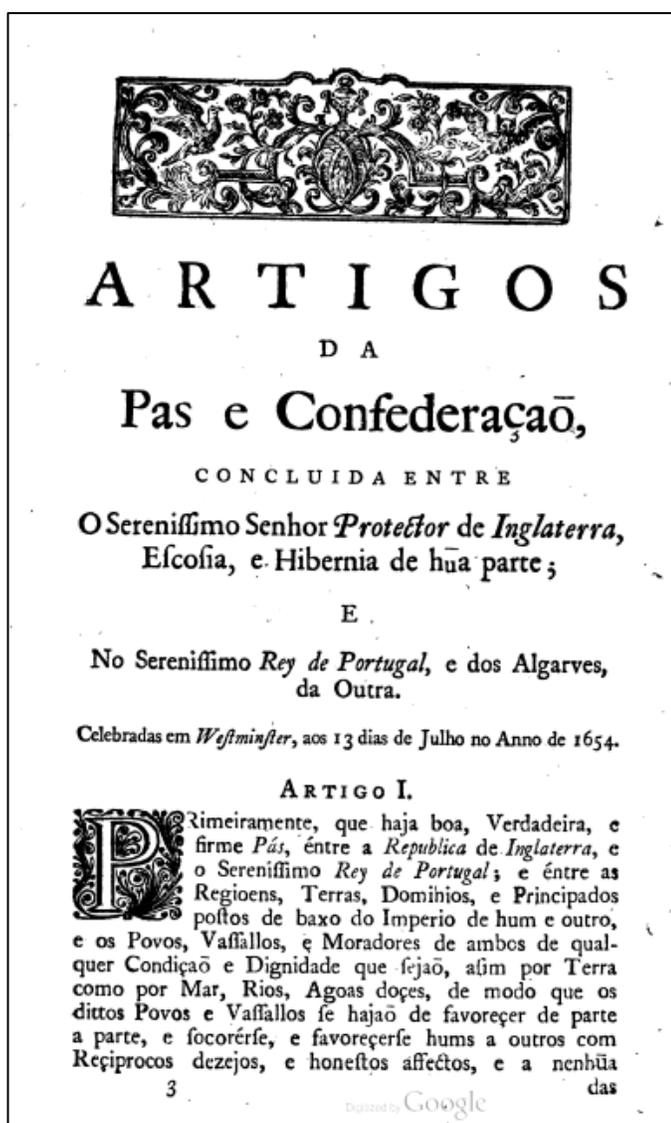
Figura 11 – Normas do tratado de comércio entre a Rainha Anna e Dom Pedro



Fonte: CROMWELL, 1736, p. 106

Cromwell foi uma figura de extrema importância para a Inglaterra, recebendo título de protetor do reino e de outros territórios pertencentes aos ingleses, podendo seu papel de certa forma ser comparado com o de Pombal, que atuou como representante do rei de Portugal entre 1750 e 1777. Nesse compêndio, podemos observar a relevância da posição de Cromwell ao observar que há um tratado de paz (figura 12) assinado diretamente entre ele e o rei de Portugal, demonstrando que ele possuía poder suficiente para negociar um documento tão importante diretamente com a autoridade máxima da nação lusitana.

Figura 12 – Tratado de paz, aliança e comércio entre o Lorde protetor da Inglaterra e o Rei de Portugal



Fonte: CROMWELL, 1736, p. 8

## 5- CONCLUSÕES

Ao concluir a análise dos cinco compêndios selecionados, foi possível estabelecer relações entre as obras e as reformas pombalinas, bem como entre elas mesmas, com base nas principais características estruturais de cada uma e em seu conteúdo, observando, portanto, as características, similitudes e continuidades que essa pesquisa se propôs a encontrar. Em todas as obras encontramos questões relativas ao comércio, algumas delas com associações entre Portugal e Inglaterra, e outras com o intuito de reformular ou melhorar alguma prática comercial específica a fim de se constituir uma produção maior e mais lucrativa, bem como de preparar os homens de negócio, o que se associa ao objetivo da formação do “perfeito negociante” mencionado anteriormente.

Destacam-se os paralelos entre as duas primeiras obras que possuem uma organização parecida, já que tratam de temáticas semelhantes, diferenciando-se nos tipos de manufaturas, e em especial, a ligação entre a “Instituição da Companhia-Geral do Grão Pará e Maranhão” e a “Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba”. Trata-se de dois documentos extremamente importantes para a compreensão do processo de organização político-comercial de capitânicas do Brasil colônia, sabendo-se que a primeira obra serviu de base para a segunda, que foi publicada anos depois, com diversos acréscimos e modificações.

As obras aqui analisadas contribuíram significativamente para entender o projeto político-comercial de pombal e a formação do “perfeito negociante”, através da instrução detalhada dada nos compêndios comerciais. Esses manuais visavam fornecer as informações necessárias para se fazer modificações na organização e funcionamento do comércio português, visando garantir uma melhor eficiência e maiores lucros para a nação lusitana.

Outro achado interessante foi a obra assinada por Oliver Cromwell, que contribuiu muito para o entendimento das relações comerciais de longa data que existiam entre Portugal e Inglaterra, e como a nação Inglesa foi sempre favorecida nos tratados comerciais em troca da continuidade das relações econômicas com os lusitanos. Os privilégios que os ingleses possuíam foram registrados em forma de legislação e aqui se pode estabelecer um paralelo entre Cromwell e Pombal, pois ambos não eram essencialmente membros na

nobreza, mas atuaram com poderes que a priori seriam de responsabilidade da autoridade máxima daqueles Estados absolutistas, os reis.

Em síntese, com exceção da obra de Cromwell, que foge do recorte do Período Pombalino, foi possível verificar a influência do Marquês de Pombal e suas reformas em todas as obras. Existem similaridades estruturais e de conteúdo entre elas, sendo todas importantes para a realização do objetivo de reestruturação e fortalecimento comercial lusitano. As obras de Dalla Bella e Velloso apontam ainda outra questão importante: a influência das Reformas Pombalinas mesmo após a morte de Pombal. As recomendações indicadas por ele perduraram em obras publicadas após seu falecimento, sendo a de Dalla Bella publicada dois anos depois em 1784 e a de Velloso em 1799, dezessete anos após a morte de Pombal, provando que o legado de Sebastião José de Carvalho e Melo não desapareceu da memória portuguesa e continuou a influenciar os autores portugueses do século XVIII.

## **6- PERSPECTIVAS DE FUTUROS TRABALHOS**

A iniciação científica foi uma das melhores experiências acadêmicas que já tive até o momento, ela abriu muitas portas para mim, fez-me conhecer pessoas fantásticas e me mostrou outros caminhos a se seguir dentro da academia, bem como a constatação de como é gratificante trabalhar com pesquisa e colher os frutos do seu empenho através de novas descobertas e aquisição de conhecimento.

Esse é meu segundo PIBIC e, neste ano, tive a chance de aprender muito, consegui trabalhar com obras muito interessantes e que foram desafiadoras, e, apesar desse projeto se encerrar neste ano, pretendo participar de mais um projeto de IC antes de concluir a graduação e seguir numa linha de pesquisa similar a esta.

Ainda neste ano pretendo participar de alguns eventos que abordem a temática da história da educação e outros voltados para a socialização de projetos de pesquisa, como o SEFELI, a SEMAC e o EIC, para que eu possa compartilhar meus achados com este projeto e ampliar minhas experiências com a pesquisa. Olhando mais a frente, ao finalizar o próximo projeto e concluir a graduação, pretendo seguir com a pesquisa, dessa vez no

mestrado, que planejo fazer com a mesma orientadora deste projeto, trabalhando numa temática similar e utilizando os conhecimentos adquiridos através da iniciação científica para embasar e estruturar meu trabalho.

## 7- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELLA, João Antonio Dalla. *Memorias e Observações Sobre o Modo de Aperfeiçoar A Manufactura do Azeite De Oliveira em Portugal* Remettidas à Academia Real das Sciencias de Lisboa pelo seu socio Dr. Joaõ Antonio Dalla Bella, Lente de Fysica Experimental na Universidade de Coimbra. Lisboa: Officina da Academia Real das Sciencias, 1784.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1990.

CROMWELL, Oliver. *Os Privilegios do Inglez, nos Reynos e Dominios de Portugal*. Contheudos no tratado de Pas concluido por Oliveiro Cromwell e Em varias Leys, Decretos , etc. a diversos Tempos, e sobre diferentes Occazioens, feitos pellos Reys de Portugal, em Favor da Naçam Ingleza que sam, Couzas Absolutamente Necessarias para Saberem todas as pessoas, que em algua parte são Interessadas no Largo Negocio, e Trato que agora há entre as duas Naçoens. Londres: Swithin's-Alley, a esquina nordeste do Bolso Real, 1736.

FALCON, Francisco Calazans. *A época pombalina*. São Paulo: Ática, 1993.

MAXWELL, Kenneth. *O Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo*. Tradução: Antonio de Pádua Danesi. Paz e Terra, RJ, 1997.

OLIVEIRA, Luiz Eduardo Meneses de. *A historiografia brasileira da literatura inglesa: uma história do ensino de inglês no Brasil (1809-1951)*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 1999.

\_\_\_\_\_. *A instituição das línguas vivas no Brasil: o caso da Língua Inglesa (1809-1890)*. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Histórica, Política e Sociedade. São Paulo, 2006

SANTOS, Elaine Maria. *As reformas pombalinas e as gramáticas inglesas : percursos do ensino de inglês no Brasil (1759-1827)*. São Cristóvão, 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

TELES, Thadeu Vinicius Souza. *O papel do ensino de língua inglesa na formação do perfeito negociante (1759-1846)*. São Cristóvão, 2012. Dissertação (Mestrado em Letras) – UFS.

VELLOSO, José Mariano da Conceição. *Collecção de Memorias Inglezas sobre a cultura e commercio do linho canamo* tiradas de diferentes authores que devem entrar no quinto tomo do fazendeiro do Brazil

traduzidas de ordem de sua alteza real o príncipe do Brasil nosso senhor e publicadas por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, impressor da Serenissima Casa do Infantado, 1799.

(SEM AUTOR) *Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Oficina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1795.

(SEM AUTOR) *Instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão*. Lisboa: Oficina de Miguel Rodrigues, 1755.

## **8- OUTRAS ATIVIDADES**

Para além das atividades previstas no plano de trabalho, houve alguns eventos que participamos ao longo do ano, o “II Simpósio Pombalino Internacional” e o “Encontro Sergipano de História da Educação – ESHE”.

O Simpósio ocorreu entre os dias 26 e 30 de setembro de 2022, sendo sua abertura feita no auditório da reitoria da UFS Campus São Cristóvão, no dia 26/09/2022 juntamente à apresentação da primeira mesa, sendo as demais apresentadas de maneira remota e transmitidas pelo canal da TV UFS, no YouTube. Ao longo do simpósio foram tratados de diversos assuntos que conversam com nosso objeto de pesquisa e que enriqueceram nossa visão a respeito dos acontecimentos político-históricos envolvendo o Marquês de Pombal e suas reformas, destacamos a mesa “Historiografia e Políticas Linguísticas” que contou com a fala da orientadora deste trabalho e contribuiu muito na compreensão da instituição de uma das políticas linguísticas aplicadas no Brasil, feita por meio de um dos Alvarás que tratava também de questões comerciais, foco temático desta pesquisa.

O ESHE ocorreu entre os dias 09 e 11 de novembro de 2022, esse evento foi uma experiência muito enriquecedora e gratificante, pois foi minha primeira apresentação externa à UFS, já que ele foi realizado em uma parceria dos grupos de pesquisa “História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas” (GEPHED/CNPq/UFS) e “História da Educação no Nordeste” (GPHEN/CNPq/Unit). Nesse evento foi feita uma apresentação oral construída com base no projeto anterior a este e que se liga diretamente a esta pesquisa, pois consistiu em expôr uma análise comparativa entre dois compêndios oitocentistas que possuíam uma finalidade de instrução comercial. Apesar de ser o seu foco

primário, já que os dois eram gramáticas, ambos possuíam vários modelos de cartas comerciais, inclusive, algumas delas eram idênticas, pois ambas as obras eram pertencentes a J. Castro, autor da gramática *Anglo-Lusitanica & Lusitano-Anglica*, que foi analisada no projeto anterior.

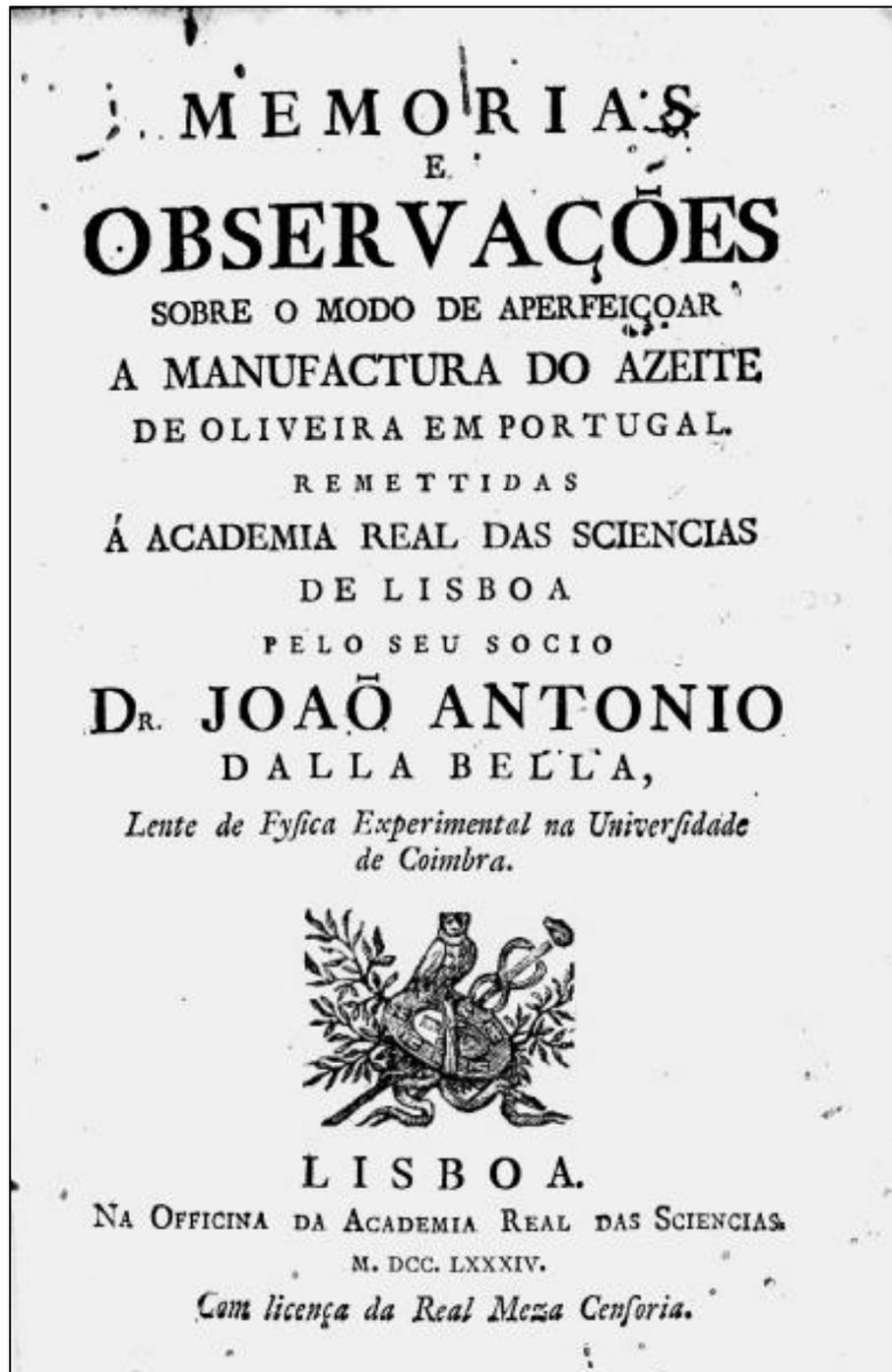
## ANEXOS

### Anexo 1: Ficha de Análise Completa

Título:
Autor:
Ano:
Impressão por (editor/ editora):
Local de impressão:
Análise física da obra (páginas, layouts, seções, etc.):
Partes da gramática:
Quais os pré, pós-textuais?
Qual o conteúdo do prefácio?
Qual o conteúdo do prólogo?
Qual o conteúdo do editorial?
Qual o conteúdo das notas ao leitor?
Qual o conteúdo das Advertências?
Qual o conteúdo dos demais protocolos de leitura?
Há uma menção ao Marquês de Pombal ou qualquer outro político? Onde estão essas menções? Como são? Escreva os trechos.
Descreva os tipos de exercícios empregados Tem imagens? Como são?

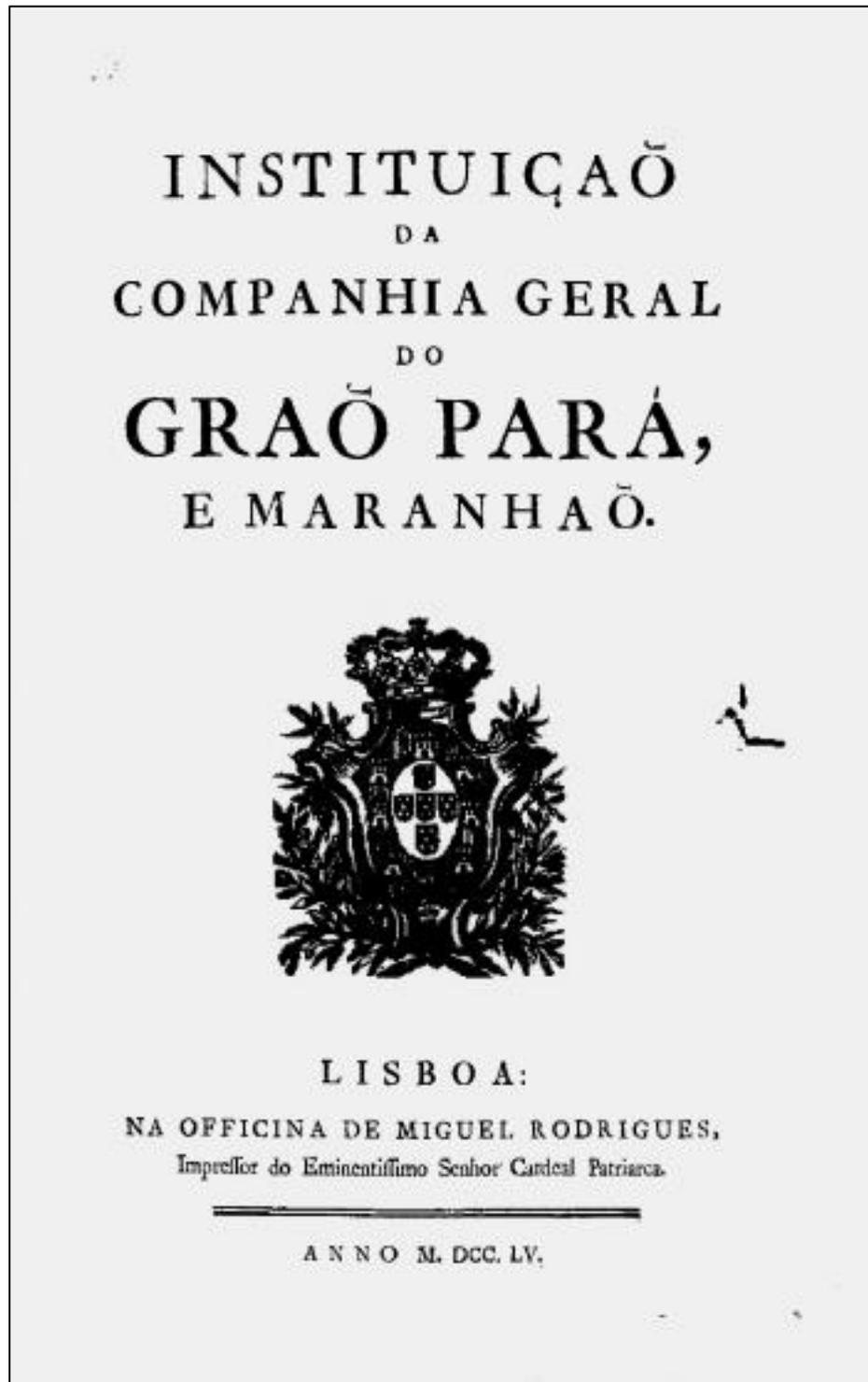
Descreva as metodologias empregadas
Descreva os diálogos familiares (quantos, temáticas, reprodução de alguns trechos, existem trechos sobre questões comerciais e relação com a Inglaterra? Quais? Escreva os trechos)
Existem listas de palavras? Como são?
Existe uma seção de provérbios, falas virtuosas? Como são? Escreva alguns trechos
Existe uma seção especial para cartas ou documentação comercial? Quais são? Como são? Escreva alguns trechos
Durante o compêndio foram encontradas menções a questões comerciais e à relação com a Inglaterra, que não se encontram nos itens anteriores? Quais são? Como são? Escreva alguns trechos
Outras considerações

Fonte: elaborada pelos integrantes da pesquisa



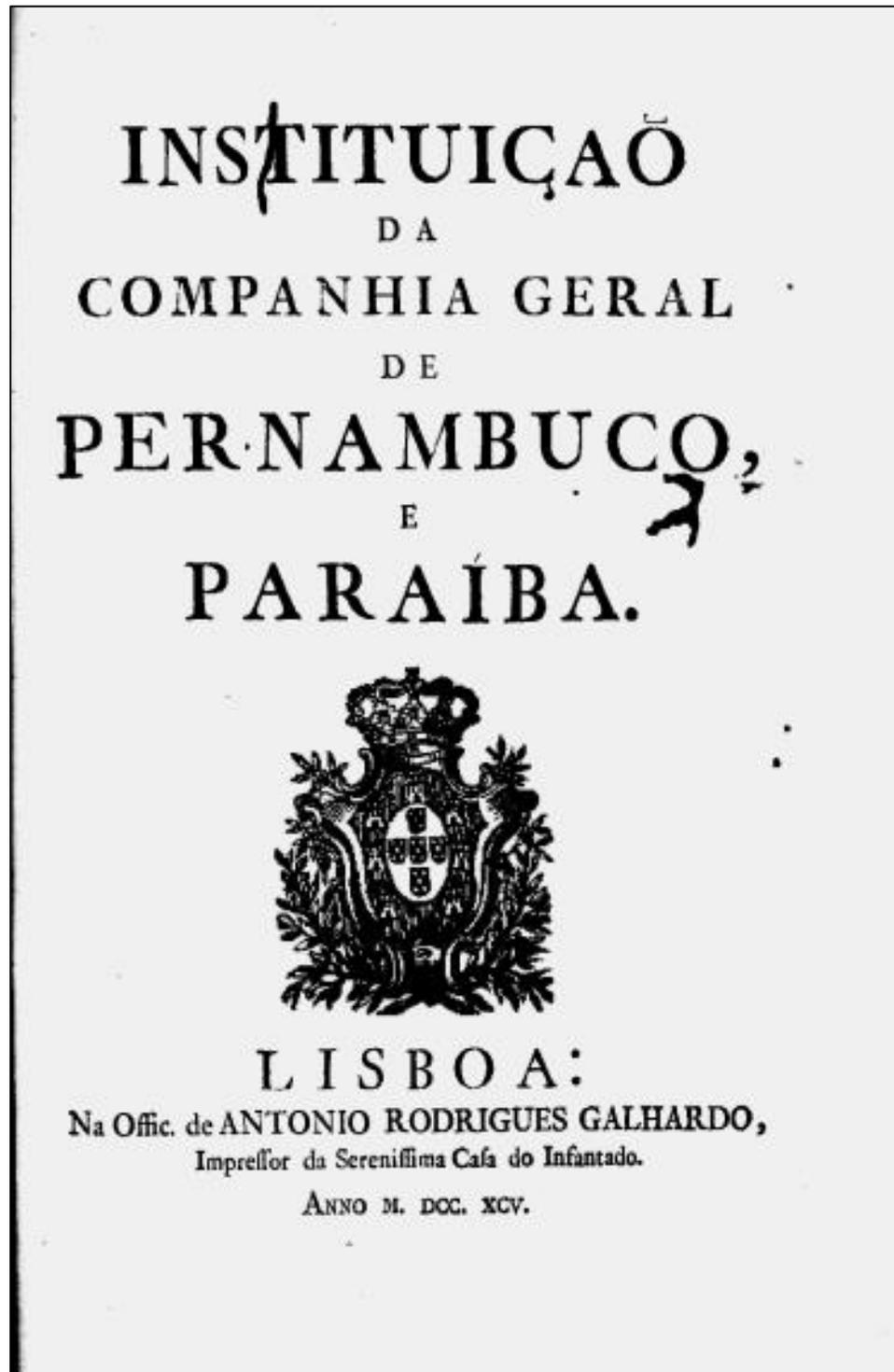


Anexo 4: Folha de rosto: Instituição da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão



Fonte: ?, 1755

Anexo 5: Folha de rosto: Instituição da Companhia Geral de Pernambuco e  
Paraíba



Fonte: ?, 1795

